

A Construção Coletiva de Políticas Públicas – Uma Experiência Metodológica

Tatiana Aparecida Balen¹

Paulo Roberto Silveira²

Majana Andres³

A construção das políticas públicas para o meio rural, normalmente está subjugada a interesses econômicos alheios aos agricultores. As elaborações sobre desenvolvimento rural contrárias ao paradigma dominante tem insistido na definição de políticas adequadas às especificidades da realidade local/regional, superando o modelo químico-mecânico e voltado para a exportação. Muitos governos estaduais e municipais têm desenvolvido programas voltados à agricultura sustentável, de base familiar orientada pela agroecologia, porém conservam-se as práticas e as metodologias de ação tradicionais, indiferenciadas em relação aos diferentes públicos-alvo. A Secretaria de Município de Desenvolvimento Rural de Santa Maria-RS norteia-se pelo Planejamento Estratégico Participativo (PEP), processo que além de construir o diagnóstico de forma participativa, define as ações coletivamente. O PEP já foi realizado em oito comunidades rurais, representando todos os distritos de Santa Maria, implantado através de reuniões. Consta de três fases: a Sensibilização e Problemática, a Tematização e o Planejamento e Implantação das Ações; todas estruturadas em unidades de aprendizagem, onde resgata-se o conhecimento dos participantes como base para a construção de alternativas. Como resultado, as comunidades definiram que o desenvolvimento passa por cinco áreas: Infra-Estrutura, Saúde, Educação, Produção/comercialização e Organização. A Infra-estrutura foi uma área amplamente discutida pelos agricultores, denotando o assistencialismo historicamente desenvolvido no meio rural e a precariedade do serviço público. Na educação, enfatiza-se: falta de acesso ao segundo grau e formação de agricultores.

Na Saúde, a ampliação do atendimento médico e odontológico. Os agricultores sentem a necessidade de organizarem-se e de desenvolver

¹ Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFSM e Assessora técnica da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Município de Santa Maria-RS(SMDR).

² Prof. do Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFSM, Secretário de Desenvolvimento Rural de Santa Maria.

³ Acadêmica do Curso de Filosofia da UFSM, estagiária da SMDR.

alternativas de produção vinculadas a comercialização direta, o que denota que os sistemas tradicionais de produção estão esgotados.

Assume destaque a transformação da ação extensionista, já que a organização dos agricultores permitiu uma interação com os agentes de desenvolvimento de forma coletiva, em espaços de formação mútua, onde ocorre o resgate da agri-cultura e a construção da cidadania. Pretende-se analisar tal experiência a partir da Investigação-ação, apontando os limitantes e potencialidades metodológicas apresentadas. Buscar-se-á diferenciar esse método dos DRPs e DSA , acentuando suas características e sua relação com a situação concreta que o gera, contribuindo com a definição da ação de agentes de desenvolvimento numa concepção emancipadora.

Endereço: SMDR- Rua Serafin Valandro, 1520, Santa Maria-RS.e-mail-
cleomt@ig.com.br.

Sessão 1- Avanços Conceituais e Metodológicos na Concepção de Agroecossistemas.